



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO: ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO**

**Impactos da violência doméstica na vida escolar de crianças  
negras e pobres: aportes de uma narrativa autobiográfica**

Ruth Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Beatriz de Barros Souza<sup>2</sup>

**Resumo.** A presente discussão dos impactos da violência doméstica na vida escolar de crianças empobrecidas e negras é feita a partir de uma narrativa autobiográfica. Após uma breve Introdução, é trazida uma narrativa autobiográfica com aportes que ilustram os impactos dessa violência na vida escolar da narradora. O resgate dos principais fatos sócio-históricos presentes nessa narrativa consta dos Resultados, e as Conclusões traçam possíveis saídas para essa questão tragicamente presente na vida de diversas crianças e adolescentes em nosso país.

**Palavras-chave:** Educação; Infância; Serviço Social; Violência Doméstica.

**Abstract.** The present discussion of the impacts of domestic violence on the school lives of impoverished and black children is based on an autobiographical narrative. After a brief Introduction, an autobiographical narrative is presented with contributions that illustrate the impacts of this violence on the narrator's school life. The recovery of the main socio-historical facts present in this narrative is included in the Results, and the Conclusions outline possible solutions to this issue tragically present in the lives of several children and adolescents in our country.

**Keywords:** Education; Childhood; Social Work; Domestic Violence.

---

<sup>1</sup> Assistente social, Prefeitura Municipal de Cairu (BA)/Servidora pública, Graduada em Serviço Social (FAZAG - BA), [ruthnovohorizonte@hotmail.com](mailto:ruthnovohorizonte@hotmail.com)

<sup>2</sup> Docente, Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM (Vitória, ES) / Professora Colaboradora, Doutora em Psicologia, [beatriz.souza@emescam.br](mailto:beatriz.souza@emescam.br)



## 1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um aspecto da questão social cada vez mais em pauta no Brasil, estando presente em muitos espaços familiares, embora de modo subnotificado, décadas antes da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Pode ser caracterizada como aquela violência que ocorre no âmbito familiar, onde é praticada por um adulto, seja parente ou responsável, seja por ação ou omissão, sendo uma relação de poder na qual o mais forte sobressai ao mais fraco (Vagostello et al, 2003). Muitas vezes, como seus danos demoram a ser identificados, as manifestações de quadros psicológicos graves, como ansiedade, depressão, medos e fobias sociais, podem surgir apenas no futuro (Faria et al, 2020).

Assim, dados do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri/Ipusp) indicam que: “[...] entre 1996 e 2007, foram notificadas, no Brasil, 159.754 situações de violência doméstica”, com destaque para os casos reportados como de negligência (41,1%), violência física (31%), violência psicológica (16,6%) e sexual (10,9%), ainda que com baixa (0,3%) letalidade (Moura et al, 2008, p. 24). Note-se que, embora possa atingir diferentes membros de famílias das mais diversas classes sociais, as crianças e adolescentes são os principais atingidos e, conseqüentemente, adquirem sérios problemas psicológicos (Amazarray; Koller, 1998). Os dados, contudo, podem conter uma subnotificação significativa, pelo fato de as violações estarem sobretudo na residência, tornando difícil que sejam detectadas.

Contra crianças e adolescentes, essa violência pode vir a ser naturalizada na forma de uma valorização do trabalho e do sacrifício infanto-juvenil contra a “delinquência” (Eurico, 2020). Em razão desse discurso, muitas crianças com menos de dez anos, ainda que de fato trabalhem, não estão presentes nas estatísticas oficiais (Minayo, 2001, p. 95). Isto se agrava no “modelo de sociabilidade atual”, pelo qual “[...] através de suas determinações pode gerar / potencializar diversas manifestações da violência, assim como influenciar suas formas de enfrentamento” (Nunes, 2011, p. 39).

Além disso, tal violência também pode não ser identificada por não se considerar, durante muito tempo, as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, agravando os danos ao seu desenvolvimento (Henriques, 2001). Outra razão consiste no fato de relações permeadas por violência doméstica conterem, de modo complexo, afetividade, relação de carinho e dependência, tudo junto com as agressões (Paula; Bicharra, 2016)

Na fase específica da vida escolar, os profissionais que trabalham diretamente com alunos envolvidos com essas questões, como equipe multidisciplinar, compreendendo suas especificidades, conseguem identificar certos comportamentos nos que sofrem algum tipo de violência, que muitas vezes não é relatada pelos mesmos. A vítima dessa violência, com frequência, sofre em silêncio enquanto tem seus rendimentos escolares comprometidos,



pois “sentimentos gerados pela dor decorrente das agressões físicas de adultos contra crianças são na maioria das vezes reprimidos, esquecidos, negados, mas eles nunca desaparecem” (Greven, 1992 *apud* Lima, 2011, p. 2).

No seu trabalho, o assistente social tem em seus princípios a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2012). Dessa forma, se opõe ao autoritarismo nas relações de poder, em que a violência é ferramenta de dominação e coação, e defende o Estatuto da Criança e do Adolescente (“ECA”), quanto aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, importa neste trabalho analisar as demandas dessa violência para o Serviço Social no espaço escolar, bem como seus efeitos nocivos à sua educação. Estudos indicam que o número de jovens que completam o ensino médio cresce de maneira lenta (cerca de 1% ao ano), sendo alarmante que mais da metade não consiga concluir esta etapa (IBGE, 2020). Segundo Garcia (2020), a reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental chegam a 5,1% e, nos anos finais, aumentam consideravelmente, chegando a 9,5% e 10,6% no ensino médio. Dessa forma, embora o tema não seja novo, seu enfrentamento constitui importante questão social para nosso país.

Para ilustrar essa questão, o presente estudo traz à baila a narrativa autobiográfica de uma mulher negra pobre, nascida e criada na zona rural da macrorregião nordestina do Brasil, com foco nos impactos das violências sofridas no âmbito doméstico para o seu desenvolvimento e desempenho escolar, na sua infância e adolescência. Nos Resultados, a sobrevivente deste relato se propõe a pensar criticamente a sua vivência em relação com fatos sócio-históricos, em busca de saídas possíveis para essa violência.

Acerca da importância deste trabalho, lembramos que Conceição Evaristo considera um “audacioso movimento” quando “[...] uma mulher como Carolina Maria de Jesus crê e inventa para si uma posição de escritora”, pois então “já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade” (EVARISTO, 2009, p. 28). Que seja feita a leitura atenta, portanto, de seu relato e de seus aportes teórico-críticos, por todas e todos os que se dispuserem a buscar saídas para uma questão social tão premente em nossos dias.

## **2 RELATOS DE UMA SOBREVIVENTE**

Os relatos a seguir são narrados de maneira autobiográfica por uma das pessoas autoras, justificando sua escrita na primeira pessoa do singular, com foco na violência doméstica sofrida no período da sua infância e adolescência. Será presumida a veracidade, em que pesem eventuais inconsistências cronológicas, dos fatos nas seções que seguem.



## 2.1 Primeira infância: sobrevivendo à violência doméstica

*Nasci no interior da Bahia, a cerca de 300km de Salvador, no ano de 1955. A minha mãe, de pele branca, tinha ficado órfã de mãe aos quatro anos de idade, sendo criada pelo pai e por uma irmã mais velha. Meu pai, negro, infelizmente alcoolista, e muito violento com minha mãe, era filho caçula de um sargento respeitado e temido dentro da cidade. O casamento entre eles acontece, segundo minha mãe, sem amor, quando ela tinha quinze e ele, pouco mais de vinte anos de idade.*

*Sou a terceira de oito filhos do casal, sendo que minha mãe, no segundo casamento, veio a ter mais duas filhas, totalizando meus nove irmãos. Na primeira infância, vivi na minha cidade natal até por volta dos meus seis anos. Nessa época, não sei exatamente quantos anos tinha, eu me lembro de ir para o colégio que ficava em uma rua no fundo da casa dos meus avós até os meus oito anos, quando faleceram os meus avós paternos, com quem morávamos, pois a casa foi vendida, mesmo sem a assinatura da minha mãe, e tivemos que nos mudar rapidamente.*

*Depois, moramos na roça do meu avô, onde presenciei agressões terríveis contra os meus irmãos menores praticadas ora por minha mãe, ora pelo meu pai, e eu sofrendo, sem poder fazer nada. Da mesma roça onde nasceu uma das minhas irmãs, mudamos pouco tempo depois, e então foram várias mudanças, pela mesma região da Bahia. Durante todo esse tempo, não lembro de ir à escola.*

*Nessa época, o casamento dos meus pais já estava bastante comprometido e prestes a acabar. Um dia à noite já estávamos nos preparando para deitar quando de repente um pontapé na porta principal e a porta é quebrada e meu pai entra completamente embriagado e procurando por minha mãe para mais uma vez espancá-la. Assim que meu pai entrou nós todos corremos juntamente com a minha mãe pela porta dos fundos, deixando para trás o meu irmão menor de meses.*

*Por conta da autoridade que o pai tinha nessa época, nós, os filhos, tivemos que voltar para casa, e a minha mãe ficou escondida na casa de um vizinho, até que meu tio, morador de uma cidade distante, a mandasse buscar. Então minha mãe foi embora e nos deixou com meu pai. A menor das oito crianças, meu irmão, tinha só nove meses e eu, com apenas dez anos, tive que assumir a casa com meu pai e os meus irmãos.*

*Nesse período, não lembro de eu ou meus irmãos irmos à escola. Se fôssemos também, sem ter como estudar em casa, com certeza faríamos parte da alta taxa de reprovação escolar que leva tantas crianças à evasão. Nessa época, ficamos sozinhos na casa de meu pai, que ia vender ouro (brincos, pulseiras, relógios, etc.) e precisava viajar. Na maioria das vezes, passava até quinze dias fora e me deixava sozinha com meus irmãos em casa. Nesse período, só não morremos de fome porque vizinhos, compadecidos, ajudavam.*



*Quando meu pai casou novamente, a meu ver, por influência da esposa, começou a fazer fila para agredir fisicamente aos filhos sempre que voltava de viagem. Muitas vezes, enquanto um apanhava, os demais urinavam na roupa de medo.*

*Novamente, por conta desse segundo casamento, eu me vejo só com meus irmãos em uma casa grande de três quartos e um quintal enorme que dava para outra rua e, no entanto, não tinha luz elétrica, e nem eu tinha dinheiro para comprar querosene para pôr na luminária, para que pudéssemos ter luz à noite. Meu pai dizia que mandava o dinheiro para nossas despesas por amigos, mas eu não recebia, então cuidava dos meus irmãos cedo para aproveitar a luz do dia: dava a sopa doada pelos vizinhos e juntava os irmãos em duas camas (uma de solteiro e outra de casal) no quarto, bem perto da janela, para que a luz do poste entrasse e eu pudesse ter controle deles, em especial do pequeno, caso precisasse trocá-lo.*

*Nessa época, muitas vezes fiquei sujeita a investidas de estranhos que, de noite ou bem cedo de manhã, chamavam à porta e distraíam meus irmãos com algum dinheiro para tentar abusar de mim, então entrando na adolescência. Essas coisas não tinha a liberdade de falar para ninguém, nem mesmo para meu pai. Até aqui, na década de 1960, não lembro de ter voltado a frequentar escola, nem meus irmãos, e penso que não tínhamos como estudar.*

*Mudamos novamente de cidade, desta vez sem minha mãe já fazia quase um ano, para um velho chalé. Nossa nova residência tinha apenas um quarto, onde eu dormia com os irmãos menores; uma sala, onde dormiam meu pai e os maiores, que o acompanhavam nas viagens a trabalho; uma cozinha e um quintal enorme com vários pés de frutas. Nesta casa, meu pai adoece, e mesmo de cama, por um bom tempo, tentando manter a ordem, dentro das possibilidades, ele nos fez limpar uma vara de goiabeira de um metro e meio, mais ou menos, para nos bater, por qualquer motivo. Era só nos chamar que íamos perto dele acamado apanhar da vara, qual os filhos tinham que deixar preparada para surras futuras.*

## **2.2 Segunda infância: a educação fragmentada**

*A partir dos meus onze anos de idade, mais ou menos, já lembro da escola. Mesmo estudando, eu cuidava de tudo da casa: do almoço quando tinha, de levar as crianças na escola e do meu pai. Com meu pai doente, voltamos a viver de ajuda: recebíamos mingau para o café e quando não tinha o que comer recebíamos ajuda de vizinhos. O horário da aula era à tarde, mas eu nunca chegava no horário, por conta dos afazeres. Então, a diretora da escola, a quem devo minha gratidão, combinou com uma professora para me dar aula das 16:00hs às 19:00hs, quando eu ficava na escola com meu irmão mais velho. Não*



*lembro de tarefas, materiais, muito menos de acompanhamento, mas sim que tudo em casa tinha que estar na mais perfeita ordem: era o “preço” para eu poder estudar.*

*Em muitas madrugadas, fui acordada aos berros, meu pai na sala e eu no quarto, não conseguia ouvi-lo para que eu acordasse com o chamado dele, me chamava, pois estava com fome, até eu responder para levantar e fazer mingau para ele em um fogão a carvão, onde era muito difícil de fazer pegar fogo. Pela demora, apanhava, ouvia muito xingamentos, porque, segundo meu pai, estava com preguiça para fazer o mingau e era todos os dias assim.*

*Um dia depois de ter feito a comida preparei o prato de almoço para levar até a cama onde meu pai estava deitado. Eu ia com o prato nas minhas mãos e meu irmão menor, que era meu xodó, chorava muito porque queria levar o prato para entregar a meu pai eu não deixava, pois a comida estava muito quente e iria queimá-lo. Como ele continuava chorando e me pedindo para eu deixá-lo levar a comida, meu pai se aborreceu muito e gritou para que eu levasse meu irmão, de apenas um ou dois anos de idade. Levei, e meu pai deu-lhe uma surra tão grande de vara que meu irmão ficou com o corpinho todo marcado, mesmo estando no meu colo.*

*Esse caso me marcou muito porque, durante a agressão, ele se agarrava ao meu pescoço, metia os pezinhos na minha barriga escalando, tudo, tentando fugir dali e eu ali parada, estarrecida levando as sobras também das varadas dadas em meu irmão. Sofri muito me perguntando: por que não saí dali e não evitei essa surra animalesca? Essa surra, dias depois, levou meu irmão à morte e, pouco depois, morreu também meu pai, os dois em dezembro de 1968.*

*Morre meu pai, eu com mais ou menos treze anos. Tivemos que comunicar a minha mãe o falecimento do meu pai para ela voltar para casa e cuidar de nós. Ela voltou, mas para providenciar nos internar na antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) arrumou tudo e lá fomos nós para sermos internados. Minha tia quando soube que iríamos para FEBEM, interveio e não deixou minha mãe nos colocar lá. Assim, eu continuo cuidando da casa dos irmãos e estudando sem nada aprender.*

*Levei anos, um ano estudando e no outro, não.*

*Realmente não sei como estudávamos, pois éramos para trabalhar e ajudar em casa em tudo, meus irmãos vendiam picolé, doces... Meu irmão, um ano menor que eu, ficava exposto a noite toda à frieza para vender churrasquinho. Eu, além dos afazeres de casa vendia mingau na feira na madrugada, e assim, infelizmente, nós nos somamos às crianças com menos de dez anos que, embora trabalhem, não estão presentes nas estatísticas.*

*Ao longo de todo esse período, não sei como estudávamos em casa, e não me lembro sequer de estudar para provas. No início de cada ano letivo, minha mãe não tinha o compromisso de nos matricular, mas nós mesmos fazíamos nossas matrículas escolares, se*



*quiséssemos estudar. Minha mãe casa novamente tem mais dois filhos e eu cuidando de todos e sem tempo para estudar, achei que não tinha cabeça para estudar.*

### **2.3 Adolescência e juventude: rebelde com causa**

*Nesse período, até meus 18 ou 19 anos, passei por vários abusos do meu padrasto. Dessa forma, passei a dormir com um garfo embaixo do meu travesseiro para minha defesa, me tornei uma adolescente revoltada, uma jovem triste, introvertida tinha medo de tudo e todos, só andava de cabeça baixa muito tímida, muitas fugas, apanhei muito, mesmo: porque a casa não estava à altura, porque as roupas do meu padrasto não estavam bem lavadas, enfim tudo era motivo para apanhar muito.*

*Minha mãe passou a viver com o marido em uma outra casa e eu voltei a tomar conta dos irmãos e das novas irmãs por parte de mãe, dia e noite sozinha. Ela só vinha em casa aos domingos à tarde, segundo ela para ver se estava tudo em ordem e, caso não estivesse, ela nos dava surras. Enquanto isso, meus irmãos iam crescendo também nesse clima terrível. Com toda essa situação complexa e toda essa negligência familiar, era um vai e vem de anos sem estudar, atrasando nosso desempenho, destruindo nosso psicológico.*

*Eu, com muita luta vivendo nas casas dos outros, por conta das fugas, e fugindo das responsabilidades de dona de casa que não eram minhas, muitas vezes quando acordava e acordava cedo, saía de casa por que era muito angustiante ficar em casa, a fome, as dificuldades eram muitas, andei muito por dentro de mangues para tirar nosso sustento meu e dos meus irmãos.*

*Mas chegou um tempo em que me revoltei: passava o dia todo fora de casa, parei de estudar, não ia mais à escola, parei por uns três anos, pelas dificuldades que eu tinha de acompanhar os estudos eu me achava burra sem condições de estudar. Meus vizinhos que sabiam da minha história, compadecidos, levavam e me davam comida, eu só voltava para casa à noite, depois de passar o dia inteiro pelas ruas, fugindo daquele sofrimento dentro de casa. Neste período, por volta dos 16 ou 17 anos, não lembro de ir à escola.*

*Em 1975, fui embora fugida para Salvador. A vida lá se tornou mais difícil: sozinha, sem conhecer ninguém, somente uma amiga que já trabalhava na capital e conseguiu um emprego para mim de doméstica. Fui babá, cozinheira, trabalhei em várias casas, passei por muitas dificuldades, humilhações, muitos abusos, dormindo em quartos dos fundos. Recordo de um onde dormia em cima de tábuas no meio de ratos e baratas; o cansaço vencia e eu tirava cochilos, pois tinha que acordar cedo para fazer café para os chefes irem trabalhar e ainda tinha de levar as crianças na escola, enfim... Trabalho escravizado mesmo, sem direito nem sequer de estudar.*



*Em 1977, não suportei o sofrimento e voltei para minha cidade, voltei para minha casa. Afinal de contas me preocupava com eles, mesmo de longe e pelo fato de ser muito apegada a eles pois passamos por muitas coisas juntos e eu ali cuidando deles, era muito afeito, saudades e preocupações, mesmo sabendo que nada podia fazer por eles. De volta à cidade, por necessidade, para suprir meu sustento, começo a trabalhar como manicure, pedicure, sem nunca ter feito um curso ou alguém ter me ensinado a profissão. Começo a trabalhar em domicílio e volto a estudar para o ensino fundamental.*

*Aos 61 anos, com a nota do Enem em 2015, entrei para a Faculdade. No final de 2017, fiz um concurso, fui aprovada, hoje sou funcionária pública, e acredito na importância da educação para mudar a vida das crianças e dos adolescentes que viveram traumatizados pela violência.*

### **3 RESULTADOS**

O relato precedente traz diversas ilustrações do grave quadro de violência doméstica que atravessa a sociedade brasileira atual. Desde o início, quando há uma tentativa de fuga do agressor, passando pela separação, quando a mãe, sobrecarregada com os filhos do casal, é apontada como a que mais agride as crianças e os adolescentes (Brito et al, 2005, p. 148) — ou, no caso em tela, é aquela que demanda por sua prisão — vemos uma notória repetição do ciclo vicioso da violência, no qual, infelizmente, diversas infâncias se perdem.

Atualmente, nos seus espaços sócio-ocupacionais, o objeto de trabalho do Serviço Social consiste nas manifestações da questão social que exigem de seus profissionais a competência de apreendê-las para escolher seus instrumentos e práticas de intervenção. Essa competência é a “dimensão diagnóstica presente no trabalho profissional” sendo “necessária para os profissionais compreenderem a realidade em suas sucessivas aproximações com as expressões da questão social” (Ferreira, 2010. p. 210).

Tal seria, portanto, a principal razão pela qual “[...] os profissionais de Serviço Social atuam, basicamente, na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada” (Netto; Carvalho, 1987 *apud* Martins, 2012, p. 194). Exercitando essa competência, as próximas seções buscam enfim resgatar os fatos sócio-históricos em torno da trama-narrativa autobiográfica exposta na seção precedente.

#### **3.1 A educação de crianças negras e pobres na primeira metade do século XX**

Começamos a falar em ensino público no Brasil a partir do século XX, pois até então essa preocupação não existia entre as autoridades de uma sociedade escravocrata. Para a população escravizada, mesmo se obtinha a “alforria”, havia muitas barreiras no acesso ao





conhecimento, como a proibição da alfabetização, válida mesmo para as “crianças negras nascidas livres” inseridas em ambiente propício à sua “educação” (Dos Passos, 2012, p. 6).

Para os filhos dos “homens livres”, portanto, quase nada restava além de “[...] sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares” (Del Priore, 1999, p. 10). Nesse período, é bem evidente esse abandono, principalmente nas áreas urbanas, onde falta-lhes a valorização por parte de segmentos sociais que cobrem do Estado uma nova forma de organização e convívio social (Gonçalves; Silva, 2000).

A criação e organização de um sistema nacional de educação pública ocorre, pela primeira vez, sob Getúlio Vargas. De fato: “Logo após a posse, uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, comandado por Francisco Campos” (Cândido; Jucá; Silva, 2019, p. 5).

Descontentes com o modo autoritário pelo qual se deu a reforma implantada por Francisco Campos, em que a educação passou a ser organizada principalmente através de decretos,<sup>3</sup> diversos movimentos sociais surgem em busca de maior participação social nas políticas educacionais. Assim, por exemplo, no “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova” Fernando de Azevedo e outros vinte e cinco educadores defendiam que o Estado, ao tornar o ensino obrigatório, também o tornasse gratuito (Azevedo et al, 1932, p. 193).

Em resposta a essas demandas, a Constituição de 1934 cria o Conselho Nacional de Educação e prevê o “Plano Nacional de Educação” com fundos da União, dos Estados e dos Municípios específicos para a pasta, e um Plano de Diretrizes e Bases para a Educação, em que a União deveria prover o ensino primário gratuito (BRASIL, 1934). Com o golpe de 1937, passa a ser “dever do Estado” apenas “contribuir”, de forma direta ou indireta, “para o estímulo da educação” (BRASIL, 1937), sendo responsabilidade dos estados e municípios a aplicação dessas Diretrizes nos territórios locais (BRASIL, 1946).

A tais desafios é somada certamente a questão racial. Assim, apesar do aumento geral da escolaridade média da população ao longo de todo o século XX: “[...] o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações” (Henriques, 2001, p. 27). Como em épocas anteriores, portanto, crianças e adolescentes negras, sobretudo aquelas mais pobres: “[...] não passavam pela fase de brincar, estudar e se divertir como ocorre com

---

<sup>3</sup> Logo no ano de 1931, foram publicados, entre outros: a) Decreto nº 19.850, de 11 de abril (cria o Conselho Nacional de Educação); b) Decreto nº 19.851 de 11 de abril (dispõe sobre a organização do ensino superior e adota o regime universitário); c) Decreto nº 19.852 de 11 de abril (dispõe sobre a organização da universidade do Rio de Janeiro); d) Decreto nº 19.890 de 18 de abril (dispõe sobre a organização do ensino secundário); e) Decreto nº 20.158 de 30 de junho (organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências). Por fim, em 14 de abril de 1932, o Decreto nº 21.241 consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.



crianças da sociedade atual, ou seja, não experimentavam o período da infância e juventude” antes de seu ingresso no mercado de trabalho (Henick; Faria, 2015, p. 3).

Praticamente até o fim do século XX, portanto, a escolarização de crianças negras e pobres não foi vista como um direito a ser garantido pelo Estado. Apenas sob José Sarney (1985-1990), então, tem início a redemocratização com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e suas propostas educacionais inovadoras, como a descentralização, tanto administrativa quanto pedagógica, da educação, e a valorização docente.

Nesse período, com o fim da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social busca uma renovação do Serviço Social, em um processo que assume três perspectivas: a primeira, dita Perspectiva Modernizadora, tem o apogeu nos importantes acontecimentos como os Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBISS), que mostrava uma preocupação dos profissionais da área com o melhoramento do seu instrumental operativo e metodologias técnicas. Nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, essa perspectiva tem o seu término, surgindo novas bases que se fundamentam na operacionalidade, fenomenologia e dialética da área (Viana et al, 2015).

A próxima seção, portanto, embora trate da “segunda metade” do século XX, estará voltada principalmente para os avanços e desafios trazidos nas suas duas últimas décadas. Serão abordadas as principais mudanças trazidas pela legislação tanto para a educação, quanto para a área do Serviço Social.

### **3.2 A educação de crianças negras e pobres na segunda metade do século XX**

Atualmente, quanto às leis em relação à educação, toda política pública voltada para as crianças e adolescentes devem estar pautadas no art. 227 e nos arts. 205-214 da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/96 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nos arts. 53 a 59 da Lei nº 8.069/90. Esta última, conhecida como "ECA" (Estatuto da Criança e do Adolescente), dá a esses grupos o direito de desenvolvimento e a garantia de acesso à educação.

Antes desse momento, portanto, não havia uma preocupação por parte dos poderes públicos com esse acesso, sendo a única obrigação estatal anterior a de garantir a matrícula escolar. Em 1988, passa a ser do Estado a obrigatoriedade da educação, como direito público subjetivo, no que o ECA (art. 208,1) veio a reforçar este art. 208,§1º constitucional, trazendo a responsabilidade ao próprio Estado juntamente com a família e a sociedade.

Vindo a ser um dos mais importantes pilares da educação infantil, a aprovação do ECA e da assistência social como política de Seguridade Social (LOAS) tiveram lugar no início dos anos 1990. Nesse sentido, o texto constitucional, ao tratar da educação como



“direitos de todos” (artigo 205), prescreve que esse profissional atue no ambiente escolar em rede, junto com Estado, família e sociedade, com o compromisso de orientar e cumprir seu papel, de forma interdisciplinar. Nesta lógica, é preciso olhar além do que está posto nas demandas, e identificar as carências e dificuldades do aluno no seu processo de ensino-aprendizagem através de uma leitura do seu contexto de convivência tanto familiar como social para, dessa forma, garantir seu direito à educação (Santos et al, 2017).

Ainda sob esta lógica, nas duas últimas décadas do século XX, o Serviço Social experimentou um processo de renovação, se reinventando retira do seu fazer profissional a influência religiosa e passa a ser reconhecida e legitimada socialmente, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e redimensionada a inserção do Serviço Social consolidando um fazer profissional vinculado ao projeto social democrático e para que se aprofundar mais os parâmetros éticos para uma melhor instrumentalização na prática do exercício profissional. De fato, a “necessidade da revisão do Código de 1986”, que “vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta” (BRASIL, 2012, p. 20-21), culminou na Lei Federal nº 8.662/93, que regulamenta a atuação da profissão.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, todavia, para atender às exigências do mercado, o modelo de educação, desenvolvimentista e tecnicista, passa para o sistema de ensino público uma ideologia de mercado, que cada vez menos valoriza as Ciências Humanas (Guimarães, 2015). Nisso contém a sua contradição uma vez que a Educação tem a ver com “objetos das ciências humanas” que, por não serem exclusivos da pedagogia, são visíveis ao homem (Rocha, 2007, p. 6).

Em que pesem tais mudanças, nas duas primeiras décadas do século (até 2018) conforme dados informados pelo PNAD/IBGE, houve significativa melhora e o aumento dos matriculados no Ensino Básico, pela qual: “[...] são 48,5 milhões de matrículas no Ensino Básico. Universalizou-se o acesso para crianças de 6 a 14 anos; 92,4% das crianças de 4 e 5 anos estão na pré-escola; e 88,2% dos estudantes de 15 a 17 anos estão matriculados” (Barroso, 2019, p. 119). A partir de 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), começa a se preconizar o diálogo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com o Sistema Nacional de Educacional (SNE), para pôr em relevo os programas sociais e educacionais que buscam a proteção integral da infância (Almeida; Ribeiro, 2020).

No entanto, permanecem os desafios para se aplicar as políticas públicas de cunho intersetorial nos planos federal, estadual e municipal, onde políticas caminham muito lentamente e, por vezes, sem uma estrutura bem elaborada e localizada (Almeida; Ribeiro, 2020). Entre estes desafios, no que diz respeito ao profissional do Serviço Social se refere à sua capacitação para enfrentar as questões sociais no âmbito escolar e familiar, sobretudo na efetivação de direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988.



Cumprido, por fim, destacar a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para que a educação regular fosse ofertada a todos de forma gratuita e com qualidade, ainda na luta para que a Educação Popular faça parte da educação pública brasileira. Atualmente, nos meios acadêmicos, tem sido retomadas as conversas sobre a educação popular no Serviço Social, a exemplo do Seminário organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2009, sobre "O Trabalho do(a) Assistente Social no SUAS", que abordou, entre outros temas, a "Assistência Social, mobilização e educação popular" (Machado et al, 2019).

Assim, cumpre lembrar que a pobreza vivida pela criança negra, junto à falta de sua adequada escolarização, ainda a leva muitas vezes às ruas como "pedinte" (dito "pivete") e, pelos furtos e outras práticas como meio de vida, aos asilos (atuais estabelecimentos de medidas socioeducativas) como medida repressora. Nesse sentido, a análise da "questão social" no Brasil deve estar associada às expressões do racismo como uma das principais "causas" das expressões de violência que ainda hoje permeiam os cotidianos de diversos contextos, como o escolar (Garcia, 2020).

#### **4 CONCLUSÕES**

O primeiro convívio de crianças e adolescentes é sem dúvida no seio familiar, por isso, quando chegam na escola ou em outro ambiente o que os mesmos trazem como bagagem e aprendizado familiar é essencial para os relacionamentos futuros, sociais e educacionais. Deste modo, o ambiente familiar saudável é fundamental para que, crianças e adolescentes sejam sujeitos de fato participativos e trazendo para seu cotidiano os reflexos de um bom desenvolvimento aprendido e exercitado no meio familiar, assim, se tornado sujeitos de boas interações como adultos.

Ao contrário, um ambiente doméstico de violência faz com que crianças e jovens posteriormente levem as consequências desse ambiente para a vida adulta, podendo fazer pensar, de forma errada, que crianças e adolescentes devem passar por essa violência. Na contextualização do relato trazida pelo presente estudo, é notável como as pessoas negras foram negligenciadas pelas autoridades, permanecendo excluídas da participação social mesmo décadas após a abolição, sobretudo na infância e na adolescência.

Longe de fechar os olhos a essas questões, o profissional do Serviço Social deve buscar cada vez mais o seu enfrentamento de modo interdisciplinar e, sempre que possível, com apoio da família e de autoridades estatais. Estudos futuros então deverão apontar caminhos para que essas ações obtenham os melhores resultados, ainda que tais problemas, por existirem há séculos, não sejam de fácil solução.



## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney L. T. de; RIBEIRO, R. "Infância, educação infantil e serviço social". In: Larissa D. Pereira e Ney L. T. de Almeida (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. p. 185–201, 2020.

AMAZARRAY, Mayte R.; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11 (3), 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300014>> Acesso em: 17 mar 2024.

AZEVEDO, Fernando de; DORIA, Afranio Peixoto A. de Sampaio; TEIXEIRA, Anísio Spinola; LOURENÇO FILHO, M. Bergstrom; PINTO, Roquette; PESSÔA, J. G. Frota; MESQUITA FILHO, Julio; BRIQUET, Raul; et al. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova [1932]. **Revista HISTEDBR On-line**, n. especial, Campinas, 2006. p. 188-204.

BARROSO, L. R. A Educação Básica no Brasil: do atraso prolongado à conquista do futuro. **Direitos Fundamentais e Justiça**, v. 13, n. 41, 2019, p. 117–155.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990). Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRITO, A. M. M.; ZANETTA, D. M.; MENDONÇA, R. de C.; BARISON, S. Z. P.; ANDRADE, V. A. G. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 143–149, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100021>>. Acesso em: 17 mar 2024.

Conselho Federal de Serviço Social / CFESS. **Serviço Social na educação**. Brasília, 2001. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/SS na Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 17 mar 2024.

CÂNDIDO, Francineuma G.; JUCÁ, Sandro C. Silveira; SILVA, Solonildo A. da. A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. **Research, Society and Development**. v. 8, n. 6, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i6.1059>> Acesso em: 17 mar 2024.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. **Diálogos em Psicologia social**, p. 232-253, 2012.

DOS PASSOS, Joana Célia. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA em Debate**. v. 1 (1). 2012, p. 137-158.

EURICO, Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45, 2020.



EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, 13(25), 2009, p. 17-31.

FARIA, M. R. G. V. de; ZANINI, D. S.; PASIAN, S. R. Apoio social como fator de proteção para vitimizações e desempenho escolar. **Avaliação Psicológica**, v. 19, n. 2 Itatiba abr./jun. 2020, p. 152-158. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1902.05>

FERREIRA, J W. Questão Social intervenção profissional dos assistentes sociais. **Revista Textos e contextos**. v. 9 (2). p. 209-217. Porto Alegre, 2010. Disponível: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7388/5783>>. Acesso em: 17 mar 2024.

GARCIA, Sandra G. da Silva. **Raiz comum de expressões da “questão social” presentes em escolas públicas brasileiras**. [Dissertação de Mestrado]. Pós-Graduação em Serviço Social: Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, SE, 2020.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. E. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, 2000.

GUIMARÃES, Claudivan S. A Educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002). **Revista Fundamentos**, v. 2 (1), 2015. p. 98-117. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/3780/2187>> Acesso em: 26 set 2021.

HENICK, Angelica C.; FARIA, Paula M. F. de. “História da infância no Brasil”. In: **Anais do XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar (ENAEH), III Seminário Internacional de Representações Sociais-Educação (SIRSSE) e V Seminário Internacional Sobre Profissionalização (SIPD)**. PUC-PR: Curitiba, 2015. p. 25824-25834.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para Discussão nº 807. IPEA, 2001. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0807.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf)> Acesso em: 17 mar 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio [online]. IBGE Notícias, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 17 mar 2024.

LIMA, João do Rozario. **A violência doméstica e a aprendizagem escolar**. site da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (2018-2020), 2011. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/a-violencia-domestica-e-a-aprendizagem-escolar/>>. Acesso em: 17 mar 2024.

MACHADO, A. M. B.; SILVA, A. M. DA; TOLENTINO, G. M. P. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 70–87, 2019.

MARTINS, Eliana B. C. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>>



MINAYO, Maria C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 1 (2), 2001. pp. 91-102. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>>. Acesso em: 17 mar 2024.

MOURA, Ana C. M.; SCODELARIO, Arlete S.; CAMARGO, Cecília N. M. F. de C.; FERRARI, Dalka C. de A.; MATTOS, Gisela de O.; MIYAHARA, Rosemary P. **Reconstrução de vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes**. SEDES Sapientae: São Paulo, 2008. Disponível em: <[www.sedes.org.br/Centros/12358\\_Miolo.pdf](http://www.sedes.org.br/Centros/12358_Miolo.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2024.

NUNES, Renata. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência: a desafiadora (re-)construção de uma particularidade**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2011.

PAULA, Leda S. E. de; BICHARRA, B. M. Cardoso. O trabalho do assistente social frente à violência doméstica e familiar no CREAS/PAEFI de Jiparana/RO. **Revista Saberes da Unijpa**. ed. 4. Paraná, 2016.

SANTOS, Jeruzia S. dos; DIAS, Valdete G. M.; SANTANA, Vivia S. "Importância do Assistente Social na Política de Educação: Realidade de Município da Bahia". **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social** (27 a 29 de outubro, 2015). UFSC, 2017.

VAGOSTELLO, Lucilena; OLIVEIRA, Andréia de S.; SILVA, Ana M. da; DONOFRIO, Valéria; MORENO, Tânia C. de Moraes. Violência doméstica e a escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Revista Paidéia**, 13 (26), pp. 191-196. Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/paideia/article/view/6162/7693](http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/6162/7693)>. Acesso em: 29 jun 2020.

VIANA, Beatriz B.; CARNEIRO, Kássia K. C.; GONÇALVES, C. F. O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Pléfrica Social**, p. 1–8, 2015.